

Mediterrâneo

Palestina - Há Alternativas a Arafat?

George Joffé

Os EUA e Israel deixaram cair Arafat. Exemplo disso é a recusa recente de Cheney em se encontrar com ele. A recusa de outros palestinianos em encontrar-se com Cheney mostra que não é fácil encontrar alternativas. Apesar da forte campanha política e militar contra ele, Arafat continua a ser incontornável para se sair da crise actual.

Apesar de os Estados Unidos terem finalmente tomado consciência de que não podem ficar alheios à crise do Médio Oriente e à terrível mortandade do início de Março de 2002, esta alteração da sua política surge apenas após um prolongado período durante o qual Washington recusou, pura e simplesmente, reconhecer as suas próprias responsabilidades. George W. Bush tem insistido, desde a sua tomada de posse, que devem ser as partes a resolver os seus diferendos e Washington tem vindo progressivamente a favorecer a perspectiva israelita de que a Intifada é um resultado da desonestidade e da falta de moderação palestinianas, e não consequência da arrogância e indiferença de Israel perante os ressentimentos dos palestinianos com a recusa israelita em cumprir os seus compromissos. Dois pressupostos estão na base desta posição: primeiro, como afirmou o primeiro-ministro israelita, Sharon, o de que a superioridade militar de Israel resultaria na capacidade de dissuadir os palestinianos de continuarem uma luta desigual, levando-os a retomar as negociações numa posição menos favorável; segundo, de que os palestinianos poderiam facilmente ser desacreditados como «terroristas» aos olhos da opinião pública mundial.

Foi neste cenário que surgiram as notícias, há dois meses, de que o Presidente Bush tinha virtualmente decidido abandonar Yasser Arafat enquanto parceiro nas manobras preliminares para reavivar o processo de paz no Médio Oriente – ao encerrar a delegação palestiniana em Washington e acabando com a missão de paz do general Zinni, se bem que ainda não tenha cortado todos os contactos com a Autoridade Palestiniana (AP) –, o que veio colocar uma questão central: quem escolheriam os americanos, juntamente com os seus aliados israelitas, como interlocutor para as futuras discussões e mesmo para as negociações formais? A razão imediata e ostensiva para a decisão americana foi o facto

de as próprias investigações americanas ao incidente Karine A. – o navio carregado de armas, alegadamente proveniente do Irão com destino aos territórios ocupados, interceptado por Israel no início de Janeiro – revelarem o envolvimento da AP, o que era inaceitável num mundo devotado à erradicação do terrorismo. Os Estados Unidos foram abrindo caminho a esta decisão, informando os governos de Estados árabes amigos das suas intenções, numa tentativa de conquistar o seu apoio. Na verdade, estes ficaram horrorizados com a decisão americana, pois sabem o papel central que terá de desempenhar em qualquer resolução permanente da questão palestiniana o presidente da Organização de Libertação da Palestina (OLP) e presidente da AP – Arafat, ou o «senhor Palestina» para os seus apoiantes.

Alternativas na AP e na OLP

Yasser Arafat, na realidade, passou a maioria da sua vida ao serviço da causa palestiniana, e conseguiu tornar-se indispensável a essa mesma causa. Como resultado, domina e controla tanto o movimento de libertação nacional, a OLP – que descansa em Tunis, num isolado esplendor, sob a asa dos poucos irredentistas que sempre rejeitaram o processo de paz de Oslo, comandada pelo seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Farouk Qaddoumi – como a mais recente Autoridade Palestiniana, detentora de quase todos os apêndices de um Estado, à excepção de um território a que possa chamar seu. Criada em Janeiro de 1996, quando das eleições saíram os 80 membros do Conselho Legislativo e a presidência de Arafat, a AP adquire, em Junho desse ano, uma estrutura ministerial de 21 membros, que permanece praticamente inalterada desde então, excepto pela substituição de Faisal Hussaini, falecido há 2 anos, pelo académico Sari Nusseibeh, como representante em Jerusalém.

É evidente que o Gabinete é o veículo de Arafat, apesar de os seus membros terem que ser aprovados pelo Conselho Legislativo, e o Conselho só tem o poder que Arafat lhe concede; e, no passado, não se mostrou rogado em ignorar os seus pedidos, como o fará de novo no futuro – pois a AP é a sua «criatura», tal como a OLP o era. Arafat controla directamente as suas finanças, mesmo que com isso possa apoquentar os Estados doadores, e particularmente a União Europeia, pois o controle financeiro sempre foi uma parte intrínseca do seu sistema clientelista, que lhe assegurou a sua posição incontestada. Como consequência, mesmo o mais próximo dos seus colaboradores e o círculo mais próximo da sua entourage têm poucos clientes e apoios próprios, pelo que o seu domínio do sistema tem sido total. Israel, e agora os Estados Unidos, no entanto, procuram agora

alguém que o possa substituir como interlocutor válido, tanto em relação aos palestinianos dos territórios ocupados, como aos da diáspora. E presente está, como é óbvio, a questão da sucessão – Arafat já tem 68 anos e não está na sua melhor forma, principalmente após o acidente aéreo que sofreu, na Líbia, há uns anos.

A diáspora não oferece grandes perspectivas, sobretudo porque os seus líderes se opõem fortemente às actuais iniciativas de paz, mesmo se acabaram por aceitar o princípio da procura da paz. Assim, Farrouk Qaddoumi, por exemplo, não tem nem apoio suficiente na OLP nem vontade de se envolver em discussões ou em disputas por um cargo de liderança. Não existem outros palestinianos proeminentes na diáspora – seja nos campos de refugiados no Líbano ou alhures, por exemplo no exílio em Damasco – que tenham mais que oferecer. Muitos deles são demasiado próximos de uma ou outra facção política para que possam reclamar a lealdade colectiva dos palestinianos ou para suscitar confiança a israelitas e americanos. Nem poderia um intelectual como Edward Said reclamar tal papel, pois este tipo de pessoas não têm o suporte organizacional da OLP, das suas diversas facções e da AP, já para não referir o facto de muitos deles serem fortes adversários das políticas levadas a cabo por Arafat no passado e terem sido, em consequência, por ele marginalizados. Um dos maiores sucessos de Arafat foi assegurar-se de que somente palestinianos dos territórios ocupados ou sob forte controle da Autoridade Palestiniana surgem agora com relevância no processo político. Mesmo os «homens de Tunis», que o acompanharam no seu regresso, em 1994, perderam influência para aqueles que sofreram os longos anos de ocupação israelita, após a derrota de 1967.

Assim, personalidades como Nabil Sha'ath, o ministro do Planeamento e confidente de longa data do presidente palestiniano, não têm apoios próprios de confiança e, de qualquer forma, estão altamente desacreditados pelos rumores de corrupção que rodeiam diversos ministros – mas não, curiosamente, o próprio Arafat. Saeb Erakat, o infatigável porta-voz de Arafat e ministro do Desenvolvimento Local, também não tem clientelas pessoais e, logo, nunca poderia liderar nem a OLP nem a AP. Yasser Abedrabbo, o ministro da Informação, está igualmente desqualificado e também marginalizado devido ao facto de liderar um movimento específico no seio da OLP, uma facção dissidente da Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP), mais conhecida como FIDA. Dado o domínio do movimento de Arafat – a Fatah – na OLP, nunca seria aceite um líder de uma facção minoritária. Mais, nenhum ministro, à excepção de Sari Nusseibeh, tem o carisma para pensar sequer em assumir a liderança, e este último está desacreditado pelos

contactos que manteve, no passado, com israelitas do campo da paz – o que é visto por muitos como «colaboração». Sari Nusseibeh está agora no centro de uma querela a propósito de um encontro que teve com defensores da paz israelitas, incluindo o antigo ministro da Justiça, Yossi Beilin, em Dezembro passado, no que foi, na realidade, uma tentativa de manter alguns pontos de contacto numa sociedade israelita cada vez mais hostil.

Da mesma forma, outros homens de confiança de Arafat, alguns dos quais membros fundadores da Fatah no Koweit, e que regressaram aos territórios ocupados, não têm apoio popular para se tornarem líderes do movimento palestino em substituição de Arafat. Neste grupo destaca-se Mahmoud Abbas, também conhecido como Abu Mazin, que esteve directamente envolvido nas negociações de Oslo e, posteriormente, no Acordo «Beilin-Mazin», um plano para a evacuação da Cisjordânia proposto pelo anterior Governo trabalhista. Abbas, agora com 66 anos, está, no entanto, em desacordo com Arafat e não tem uma posição independente dentro da Fatah, apesar de ser o líder da Comissão Executiva da OLP, podendo, desta forma, controlar a organização. Assim, apesar de alguns comentadores israelitas o verem como um possível líder alternativo, é pouco provável que ele possa alçar-se a tal cargo. O mesmo se aplica a Ahmed Qurei, mais conhecido por Abu Al'a, um dos negociadores de Oslo, hoje com 73 anos, actualmente porta-voz do Conselho Legislativo e que teve a seu cargo as recentes negociações com o enviado americano, Anthony Zinni. Formalmente, e de acordo com o estabelecido na Lei Básica, deveria suceder a Yasser Arafat por um período de 60 dias até à realização de eleições; mas, precisamente devido à questão da sucessão, a Lei Básica, há longo tempo aprovada, nunca foi ratificada por Arafat. Não é claro que qualquer uma destas personalidades venha a ocupar a liderança palestina, ou ainda, que caso tal venha a acontecer, que estariam dispostas a oferecer concessões para além das que Arafat está disposto a avançar, em benefício de um renovado processo negocial. Na verdade, existem fortes indícios de que eles poderiam ainda ser mais rígidos, particularmente em questões como Jerusalém, os colonatos e o direito de regresso dos refugiados palestinos ao seu território de origem. Estas têm sido, afinal, as áreas em relação às quais o próprio Arafat se tem mostrado perfeitamente consciente dos limites relativamente aos quais a opinião pública palestina não está disposta a tolerar compromissos adicionais.

A liderança interna

A chave para o retomar do processo negocial e para o reavivar de qualquer processo de paz – assumindo, como é óbvio, que Israel deseja explorar essas possibilidades, uma assunção questionável, pois muitos israelitas estão agora preocupados exclusivamente com questões de segurança – é que qualquer interlocutor palestino deve ter o poder suficiente para garantir o fim da violência. Isto sugere automaticamente que os chefes da segurança palestina estarão aptos a assegurar a sucessão, mesmo que não controlem a estrutura do movimento Fatah ou a estrutura residual da OLP. Assim, três nomes têm sido frequentemente sugeridos: Jibril Ragoub, o chefe da segurança na Cisjordânia, Mohammed Dahlan, o seu homólogo em Gaza, e Amin al-Hindi, o chefe dos serviços de informações. Porém, os três reconhecem que não têm o prestígio de Arafat e muitos observadores externos acreditam que a escolha de qualquer um destes nomes precipitaria uma luta entre eles e outros possíveis contendores.

Jibril Ragoub, com 48 anos, foi prisioneiro em Israel durante um longo período, tendo sido deportado para Tunísia. Fala hebreu fluentemente e é visto como pragmático e moderado, se bem que, tendo sido vítima dos bombardeamentos israelitas, não esteja disposto a contemporar com as sensibilidades israelitas. O mesmo se aplica a Mohammed Dahlan, 39 anos, que, ao contrário do seu parceiro da Cisjordânia, controla os grupos combatentes da Fatah (Tanzim) em Gaza. Esteve igualmente detido em Israel antes de ser deportado para Tunísia e fala também um hebreu fluente. Nunca esqueceu o ataque de que foi vítima o seu veículo por parte de Israel, há alguns meses, e reconhece a hegemonia de Yasser Arafat sobre o movimento palestino que considera incontestável. Amin al-Hindi é mais velho do que os seus outros dois colegas (tem 65 anos) e é mais discreto. É a sua falta de carisma que, provavelmente, o irá afastar, apesar da sua conhecida moderação.

Certamente que existem outras pessoas com peso, fora da estrutura formal de liderança, como Marwan Barghouti, o líder Tanzim na Cisjordânia. Foi um líder influente da primeira Intifada (de 1987 a 1993), mas está muito afastado dos degraus do poder na AP para poder ser considerado como potencial líder, apesar do seu carisma. Os oficiais israelitas, no entanto, não o excluem liminarmente e no passado existiram alguns contactos discretos com ele. Há ainda Hannan Ashrawi e outros intelectuais palestinos, que não são, pura e simplesmente, credíveis numa posição de liderança, dada a complexidade dos laços entre a AP, a OLP e a diáspora palestina. Os palestinos que se encontram em Israel tão pouco podem ser considerados para ocupar papéis de liderança devido às suas

obrigações para com o Estado de Israel, sendo certo que figuras como Azmi Bishara, o carismático membro do Knesset recentemente acusado de traição, têm vindo a desenvolver contactos com os territórios palestinianos. Também não se encontram alternativas nas grandes famílias palestinianas de Jerusalém, Nablus e Gaza, pois foram marginalizadas por Arafat, dependem de estruturas locais de apoio e não têm posições dentro da OLP ou da AP.

Yasser Arafat tem procurado garantir um estatuto de insubstituível, assegurando-se de que ninguém adquiriria uma posição que pudesse rivalizar com a sua. E a verdade é que foi bem sucedido em garantir que ninguém adquiriria um estatuto que pudesse rivalizar com o seu e que ninguém partilharia o poder – tanto financeiro como político – por ele detido. Outros movimentos palestinianos que, por seu lado, possam procurar a liderança – de onde se destacam o Hamas ou a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), pois estão preparados para combater a guerra com Israel – seriam inaceitáveis tanto para Israel como para a maioria dos palestinianos. Mesmo hoje, o Hamas não vai além dos 30% de apoio na Cisjordânia, por exemplo, e a posição da FPLP é ainda mais fraca, mesmo que muitos palestinianos simpatizem com a sua forma de oposição violenta. É evidente que, um dia, terá que se encontrar sucessão para Arafat, mas ele certificou-se de que não existam, para já, candidatos óbvios, e aqueles que poderiam eventualmente ocupar o cargo – principalmente antigos líderes da OLP e chefes da segurança – conhecem as suas próprias fraquezas e os perigos de uma excessiva aproximação a Israel. Talvez George Bush e Ariel Sharon fizessem melhor se encontrassem formas de conversar com o líder da OLP e presidente da AP antes de destruírem todas as vias para esse diálogo – seja em Gaza, Ramallah ou mesmo (caso Sharon assim o decida) novamente em Tunis!

É certo que Bush, à boa maneira do estadista, não vai admitir que cometeu um erro de análise, mas sabe que está muito mais em jogo do que a simples questão da paz entre israelitas e palestinianos no tardio regresso americano ao processo negocial. Deve também saber que esse novo envolvimento será lento e penoso – quando regressar à região, Anthony Zinni terá que gastar muitas horas a tentar que israelitas e palestinianos regressem ao plano de trabalho de Tenet e às recomendações de Mitchell, já para não falar no acabar da violência. Fizeram-lhe crer, no entanto, que se não fizer isto, então outros aspectos mais importantes da agenda americana na região estarão em grave perigo. O presidente Mubarak, quando visitou Washington em inícios de Março, terá tornado claro

que qualquer possibilidade de apoio árabe – mesmo que tácito – para qualquer manobra contra o Iraque dependeria de se chegar a uma solução para a crise israelo-árabe.

É por esta razão que Washington prestou atenção ao plano de paz saudita, desenhado pelo Príncipe Regente, Abdullah, que será submetido à reunião da Liga Árabe a decorrer em Abril, em Beirute – e não por que acredite que seja um verdadeiro começo, pois contém elementos que Israel rejeitará de imediato. O plano, na prática, acabou por ser uma oportunidade única para um renovado envolvimento sem que os Estados Unidos perdessem a face excessivamente - nomeadamente, forneceu a Colin Powell, o batalhador Secretário de Estado, uma oportunidade de fazer retroceder os falcões do Departamento de Defesa, ansiosos para alargar o seu triunfo no Afeganistão ao Médio Oriente. Na realidade, os Estados Unidos desperdiçaram incompreensivelmente a vantagem que tinham alcançado no Médio Oriente ao tentarem ignorar os respectivos problemas de fundo, e devem agora regressar a antigos inimigos – por mais inconvenientes que sejam – na esperança que se possam converter em amigos. Nesse contexto, Yasser Arafat terá um papel a desempenhar – e ele sabe-o!